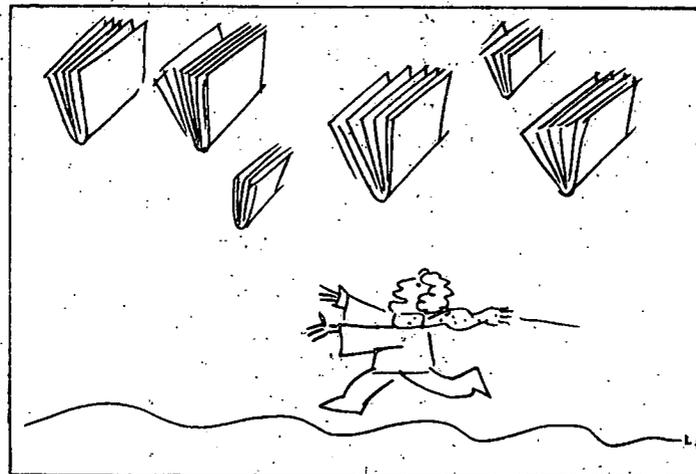


EURIDES BRITO DA SILVA



A questão do cumprimento da obrigatoriedade escolar volta a movimentar o País, através de oportuno programa a ser lançado ainda esta semana pelo presidente José Sarney, por iniciativa do ministro da Educação Marco Maciel. Trata-se do programa "Educação para Todos".

Ninguém desconhece que, no Brasil, milhares de crianças continuam sem acesso à escola. Fala-se num contingente de oito milhões, na faixa dos 7 aos 14 anos. E isto sem se considerar outro problema igualmente relevante: o das crianças que abandonam a escola, uma vez que, por motivos endógenos ou exógenos, nela não podem permanecer.

No mês de outubro do ano passado, fui a Teresina na qualidade de então Secretária de Educação e Cultura do DF, participar de um Seminário Nacional de Avaliação do Projeto Vencer. Na ocasião, pude falar sobre minhas inquietações a respeito do não cumprimento da obrigatoriedade escolar, por parte dos Estados brasileiros. Mostrei as estratégias que adotávamos no Distrito Federal e que nos possibilitavam ter a mais alta taxa de escolarização do Brasil. Falei-lhes que nem tudo aqui era fácil, como pensam alguns, mas que lutávamos arduamente, criando por vezes áreas de atrito, para que não faltassem escolas, nem merenda, nem atendimento básico de saúde para nossas crianças.

O ambiente, em Teresina, era bastante apropriada pa-

ra meu pronunciamento, uma vez que assisti ali, a um dos mais belos exemplos do que pode fazer um governante esclarecido, em favor da criança. De fato, no curto espaço de pouco mais de um ano, o governador Hugo Napoleão assegurou, na área da chamada grande Teresina matrícula a todas as crianças da faixa etária dos 7 aos 14 anos e, foi mais além, conseguindo eliminar o turno intermediário, o chamado "turno da fome", que funciona, por falta de salas, no horário do almoço, em um número assustador de municípios. O fato torna-se mais auspicioso se considerarmos a baixíssima taxa de escolarização daquele Estado, atestada pelo Censo de 1980.

Seria exaustivo tentarmos, aqui, lembrar as inúmeras medidas que foram tomadas, nas últimas déca-

das, visando ao cumprimento da obrigatoriedade escolar, como seria desnecessário dizer que todas deixaram pouco resultado prático. Uma delas, todavia, merece ser relembrada, exemplificando como não deve ser uma campanha de mobilização nacional nesse campo. Refiro-me à malfadada "Operação-Escola", criada através do Decreto 63.258/68, até hoje não revogado, quando tínhamos como Ministro da Educação o saudoso senador Tarso Dutra. O referido Projeto envolvia diretamente dois Ministérios, o da Educação e o do Planejamento.

A revelia dos titulares dessas pastas, travou-se entre os técnicos do 2º e 3º escalões desses ministérios uma tremenda disputa sobre quem executaria o Projeto, o qual, diga-se de passagem, sob o ponto de vista

acadêmico, tinha tudo para dar certo. Mas, para alguns técnicos desses órgãos, a disputa de prestígio pessoal estava acima dos interesses da criança. E como esta não se organiza em Sindicatos ou outros órgãos de pressão, um ano depois de festivamente lançadas a Operação — Escola era, literalmente, coisa do passado. Certamente, as crianças de então, são, em sua grande maioria, os atuais clientes do Mobral. Nos Estados, assistíamos estarecidos e impotentes ao desmoronamento daquilo que poderia ter sido um grande projeto nacional.

No momento presente, quando mais uma vez se pretende mobilizar a Nação para propiciar à criança aquilo que é um direito inalienável seu, unamo-nos todos para ajudar ao ministro Marco Maciel nesta cruzada que ora se inicia.

Embora não conhecendo, ainda, o Projeto, sejamos dele aliados, pois a quem interessa a renovação, a cada ano, da geração de analfabetos? Por que as outras "obrigatoriedades", como a dos alistamentos militar e eleitoral, funcionam a contento?

Se não houver um despertar da consciência nacional para o problema das crianças sem escolas, com total adesão da sociedade brasileira e um grande envolvimento dos Estados e de seus Municípios, não conseguiremos o resultado esperado. Eurides Brito da Silva, Professora da Universidade de Brasília, é Ex-Secretária de Educação e Cultura do DF.